

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



A educação como ponte estratégica Brasil – África: internacionalização da educação superior pública nos governos Lula e Dilma (2003 – 2014)

Kellen Cristina Prado da Silva – UFG

kellenpsilva@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o *Programa Educação como Ponte Estratégica Brasil-África*, o qual integra projetos e ações de internacionalização da educação superior pública brasileira, via cooperação técnica com países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), a partir da discussão sobre internacionalização da educação superior. Pretende-se explicitar os questionamentos norteadores da pesquisa de doutorado em andamento, cujo propósito é compreender o projeto de internacionalização da educação superior pública no contexto da cooperação técnica internacional, como instrumento da política externa brasileira para o desenvolvimento. A pesquisa aponta para a necessidade de compreender qual é a concepção de desenvolvimento que orienta as propostas de internacionalização da Educação Superior a partir dessas iniciativas, bem como a finalidade dessas propostas em relação aos investimentos na política externa com a África.

Palavras – chave: Internacionalização – Educação Superior – Cooperação Internacional – Relações Brasil-África

O debate sobre internacionalização da educação superior tem se intensificado, principalmente a partir da década de 2000, e vem se desenvolvendo, de forma geral, na relação com a discussão sobre os rumos da educação no mundo globalizado. Esse movimento de vinculação entre educação superior e globalização foi identificado por Morosini (2006) em seus estudos acerca do estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior. Em nossos estudos verificamos também que a globalização é, por vezes, tomada como pano de fundo do processo de expansão do ensino superior no Brasil ou como causa do processo “inevitável” de internacionalização do ensino superior, seja pela vocação “internacionalista” das instituições de ensino superior, seja pela facilidade de deslocamento das pessoas pelo mundo ou de comunicação entre elas, possibilitada pelas novas tecnologias, que inauguraram experiências de ensino a distância.

Na literatura que trata da internacionalização da educação superior, destacamos estudos que abordam o processo de mercadorização da universidade pública que, com o avanço da globalização neoliberal, possibilitou a criação de um “mercado transnacional da educação superior e universitária”, a partir da década de 1990 (SANTOS, 2011). Outras reflexões apontam para o processo de

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



internacionalização concomitante ao movimento de formação de “espaços regionais internacionalizados de educação superior”, como se apresenta atualmente no MERCOSUL, que, como instância de integração regional, tem como objetivo “o intercâmbio de conhecimentos e transferência de tecnologias” (AZEVEDO, 2009, p.56). Já Dias (2004) chama a atenção para o termo internacionalização confundido com comercialização em nível global, sendo, de acordo com a Conferência Mundial sobre ensino Superior (UNESCO, 2009),

considerada essencial em primeiro lugar para reduzir os desníveis entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, por meio da transferência do conhecimento e da tecnologia, o que implica o desenvolvimento de uma colaboração solidária para ampliar o entendimento intercultural utilizando o intercâmbio de professores, estudantes e pesquisadores (p. 906).

No item “Internacionalização, regionalização e globalização” da Conferência Mundial sobre Ensino superior (UNESCO, 2009), o documento define cooperação internacional na Educação Superior como sendo baseada na “solidariedade, respeito mútuo e diálogo intercultural”. A concepção de internacionalização no documento passa pelo “compromisso com o desenvolvimento, pela transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, principalmente nos países subdesenvolvidos”, aliviando o “impacto negativo da fuga de cérebros”, bem como pelo incentivo à cooperação sul-sul e o respeito à diversidade cultural.

Para os autores que estudam a internacionalização na América Latina, como Feldfeber (2009), esse movimento passou a ser tomado como um sintoma de modernização, sendo um dos processos de reforma estrutural dos sistemas de educação. A autora vai além ao questionar em que medida a internacionalização coloca em questão a soberania dos Estados para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a educação como um direito fundamental. Segundo ela, os Tratados de Livre Comércio, que fundamentam os documentos sobre desenvolvimento, difundem uma ideia falsa de que a liberalização do comércio elevará o patamar de vida das populações.

Esses tratados, que se apresentam como acordos entre iguais, na realidade são imposições dos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento abram seus mercados em troca de concessões marginais nos deles, no âmbito de uma ordem mundial caracterizada por uma assimetria radical, em que não existe “interdependência” de estados nacionais soberanos que se representem de maneira igualitária no contexto das Nações Unidas ou outras organizações internacionais (p.165).

Feldfeber (2009) ainda questiona se os processos de internacionalização na verdade se constituem em avanços na integração e no intercâmbio de conhecimento

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



ou se tornaram novas formas de mercantilização dos processos educativos. Para tanto, se vale da contribuição de Knight (2002 *apud* FELDFEBER, 2009), que distingue internacionalização e liberalização. O primeiro termo pretende integrar a dimensão internacional à docência da educação superior, já existente. A liberalização seria a “eliminação de barreiras para promover um maior movimento fronteiriço dos serviços educativos” (p. 170). Bernheim (2008 *apud* FELDFEBER, 2009) faz uma distinção entre internacionalização da educação superior e transnacionalização do setor educativo, que transforma os serviços sujeitos às regras do mercado, ou seja, a internacionalização pressupõe uma cooperação internacional solidária, na transnacionalização a questão é promover o estabelecimento de filiais de universidades estrangeiras no país, venda de franquias acadêmicas, criação de universidades corporativas, dentre outras formas comerciais.

O processo de internacionalização da educação superior no Brasil tem se apresentado de diferentes formas e mobilizado diversos agentes na sua consecução. Tratando especificamente de iniciativas e financiamento governamentais, os programas de incentivo à mobilidade estudantil e docente, como o Programa Ciência sem Fronteiras, têm levado muitos jovens estudantes e cientistas brasileiros às universidades dos países centrais, principalmente. A criação de universidades internacionais como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), que permitem a mobilidade estudantil e oferta de educação para estrangeiros é um outro exemplo. Discute-se também a possibilidade de unificação da educação superior no MERCOSUL, como forma de atender a demanda por educação superior no bloco. Mas a educação superior no Brasil também tem sido objeto de Acordos de Cooperação Técnica Internacionais com países em desenvolvimento, sobretudo. Os Acordos de Cooperação Sul-Sul ou “Cooperação Horizontal” têm recebido os maiores incentivos do governo e se constituído em um dos objetivos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O compartilhamento de experiências, boas práticas e conhecimento técnico com outros países é tomado, nesse sentido, como fator de desenvolvimento. E a ideia é que esse desenvolvimento seja compartilhado entre os países que passaram pela mesma história de exploração e subdesenvolvimento, a fim de que se fortaleçam diante dos países centrais. É claro que há também uma compreensão do desenvolvimento econômico e trocas comerciais como forma de enfrentamento das desigualdades globais que ainda dividem o mundo em norte (ricos) e sul (pobres). Neste trabalho, o termo “internacionalização” é apropriado para referirmos ao processo de expansão da

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



educação superior para além das fronteiras do país, em todas as suas formas, inclusive no caso da cooperação educacional internacional, pois mesmo estando em causa relações mercantis, de forma mediada, o processo é marcado muito mais pelo elemento “cooperação” e suas características.

A cooperação educacional, especificamente, e a cooperação técnica internacional, de forma geral, ganhou outros contornos no governo Lula (2003-2010), muito diferentes dos governos anteriores, principalmente no que diz respeito à valorização das relações do Brasil com os países do Hemisfério Sul, de forma geral com os países que falam língua portuguesa ou com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (SARAIVA, 2012).

Na literatura das relações internacionais, argumenta-se o fato de que a retomada da política africana do Brasil no início do século XXI se realizou em novas bases. Isso significa que o Brasil possui uma estratégia organizada dos interesses nacionais e seus protagonistas – empresários interessados na expansão do capitalismo brasileiro e os diplomatas -, com inovações conceituais e práticas no âmbito dos negócios e da cooperação. Em relação às inovações conceituais e práticas, é possível identificar a passagem de um discurso culturalista – que argumentava pela “africanidade” brasileira - para o discurso da dívida histórica do Brasil em relação à África, que estruturou uma forma de cooperação mais pragmática e uma política externa específica para a África (SARAIVA, 2012, p. 98-99).

O estilo de cooperação mais “pragmático” e “específico” tem se traduzido, segundo Saraiva (2012), nas seguintes ações do governo brasileiro em direção aos países africanos: envolvimento do governo brasileiro na reconstrução da infraestrutura logística e produtiva da África, posição do Brasil no sistema internacional como porta-voz de demandas africanas, investimentos diretos (IED) e empresas brasileiras operando na África, composição de coalizão anti-hegemônica pelos países membros do BRICS e países do continente africano, dentre outras.

Há que se perguntar, por outro lado, como e por que as relações com países africanos se tornaram tão interessantes para o Brasil, a China, a Índia, para citar apenas alguns dos países que têm se dedicado à diplomacia com continente africano. De acordo com Saraiva (2012, p.51),

(...) o continente africano assiste uma transição positiva para um novo patamar de inserção internacional no início do novo século. Em três linhas se pode observar a elevação do status da África no nascer do século XXI: a) no avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e a contenção dos conflitos armados; b) no crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias e alicerçadas na responsabilidade fiscal e preocupação social; c) na elevação da

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



autoconfiança das elites por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos.

Com uma África em processo de superação dos problemas políticos de outrora e alçando voos cada vez mais distantes no desenvolvimento das economias de seus países, para a grande maioria dos autores da literatura sobre relações internacionais não há dúvidas de que a Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD) – na qual se inserem as diferentes modalidades de cooperação, dentre elas a educacional – pode ser um instrumento da política externa brasileira (PUENTE, 2010). A controvérsia surge quando se afirma que a CTPD é uma ferramenta de política exterior utilizada com o fim de alcançar e preservar interesses nacionais específicos.

Partimos do suposto que a internacionalização da educação superior pública brasileira tem se dado, prioritariamente, como parte da política externa entre o Brasil e os países em desenvolvimento, especialmente os países africanos integrantes do PALOP ou da CPLP. Afirmar isso significa inserir o debate sobre a internacionalização da educação superior brasileira via CTPD no âmbito da discussão sobre as políticas macroeconômicas voltadas para o desenvolvimento. Nesse sentido, há que se perguntar sobre o projeto de desenvolvimento brasileiro e como a expansão da educação superior se insere nesse projeto.

O documento *Educação como ponte estratégica Brasil-África: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe* (BRASIL, 2013) foi elaborado pelo Ministério da Educação a partir das discussões realizadas na reunião interministerial em maio de 2013, na Bahia, onde se reuniram os ministros da educação e do Ensino Superior de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, juntamente com representantes e dirigentes da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da UNESCO, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Programa Mundial de Alimentos, além de reitores das universidades federais brasileiras e outras autoridades, com o objetivo de sistematizar as principais diretrizes do Programa que dá nome ao documento. Várias ações em andamento foram elencadas como parte do programa de cooperação educacional entre Brasil e África (ver Quadro 1). Segundo o documento, “se busca estabelecer uma ponte mais estável e pensada entre todos e, assim, colocar a educação na agenda central da cooperação e na atuação estratégica para a melhoria da qualidade de vida das sociedades do sul” (BRASIL, 2013). Dentre as ações elencadas, focaremos esta discussão nos projetos relacionados diretamente à educação superior.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



As ações e projetos integrantes do Programa iniciaram de forma isolada, mas a partir de maio de 2013, por uma iniciativa do Ministro da Educação à época, Aloizio Mercadante, todas as ações advindas de cooperação educacional com a África foram integradas no documento. O quadro 1 explicita projetos do Programa em andamento.

Quadro 1: Ações em Andamento que passaram a integrar o Programa de Cooperação Educacional *Educação como ponte estratégica Brasil – África* a partir de maio de 2013

Ações	O projeto	Período da Ação	País beneficiário da cooperação
Desenvolvimento Curricular	O projeto <i>Capacitação para Elaboração de Proposta Curricular</i> foi desenvolvido entre 2007 e 2011 para Secretaria da Educação Básica (SEB/MEC) e pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação de Angola (INIDE/MED), com objetivo de implementação da reforma curricular em Angola, por meio da capacitação de técnicos em educação. O Projeto formou 30 técnicos educacionais, responsáveis pelas áreas prioritárias da estrutura educacional do país e elaboração do documento sobre concepção curricular. Na segunda fase do projeto, uma nova proposta foi desenhada entre a SEB/MEC e o INIDE de Angola para formar 90 técnicos educacionais na elaboração de objetivos de ensino, definição de conteúdos curriculares e orientações metodológicas para as disciplinas do Ensino Primário em Angola. O Projeto na Fase 2 foi denominado “Reestruturação Curricular do Subsistema de Ensino Geral de Angola: Reformulando Objetivos e Ensino, Conteúdos e Orientações Metodológicas”, e objetiva formar gestores e professores para a elaboração de manuais didáticos das diferentes disciplinas contempladas nos currículos do Subsistema do Ensino Geral – Ensino Primário de Angola.	A partir de 2007	Angola
Educação a Distância	A cooperação educacional para implementação da EJA nos países beneficiários, pelo <i>Programa Brasil Alfabetizado</i> , é realizada mediante oferta cursos de extensão (50 vagas para Guiné Bissau e 100 para Cabo Verde) e especialização (50 vagas para Cabo Verde e 50 vagas para o Brasil) em EJA para professores, animadores e agentes de organizações da sociedade civil que atuam em EJA. Os cursos são ofertados a distância pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGS), vinculadas à Cátedra UNESCO de EJA.	A partir de 2008	Guiné Bissau e Cabo Verde (Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação, Universidade de Cabo Verde)
	Mais de 30% dos professores do ensino primário e secundário de Moçambique não possuem formação superior, e o objetivo da ação de cooperação que se iniciou em 2010 é justamente formar professores de escolas de nível básico e médio, além de agentes do serviço público. O projeto envolve a CAPES/MEC por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Federal de Juiz	A partir de 2010	Moçambique

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



	de Fora (UFJF), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Instituto Nacional de Educação a Distância de Moçambique (INED), Universidade Pedagógica (UP/MZ) e Universidade Eduardo Mondlane (UEM/MZ). O objetivo do Projeto é formar 2.040 professores e 590 técnicos de órgãos do governo em 4 cursos: Matemática (UP/MZ e UFF/BR), Biologia (UP/MZ e UFG/BR), Pedagogia (UP/MZ e UNIRIO/BR) e Administração Pública (UEM/MZ e UFJF/BR). Os cursos são ofertados a distância em 3 polos de apoio presencial (Maputo, Beira e Lichinga), e ministrados por uma Instituição de Ensino Superior moçambicana em parceria com uma brasileira. A oferta dos cursos a distância também objetiva fortalecer a educação a distância em Moçambique e desenvolver o Sistema Universidade Aberta no país.		
Formação de Professores Brasileiros em História e Cultura da África	A demanda por formação de professores da educação básica em História e Cultura da África parte do marco da Lei nº 10.639 de 2003. O MEC apresentou proposta de parceria com os PALOP para estimular o desenvolvimento de cursos de especialização entre suas universidades, que permitam a permanência de professores brasileiros junto a instituições africanas, em estágios de curta duração, com objetivo de imersão dos profissionais na cultura africana.	A partir de 2014	PALOP (no caso os países também serão doadores da cooperação)
PEC - G	Um dos programas de mobilidade mais antigos do Brasil. Desenvolvido pelos ministérios da Educação e das Relações Exteriores (MEC e MRE) em parceria com instituições de educação superior brasileiras, oferece vagas para estudantes africanos cursarem graduação completa no Brasil, com oferta de bolsas dos governos do Brasil e dos países parceiros.	A partir de 1965	Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e outros
PEC - PG	Projeto desenvolvido pela CAPES/MEC, CNPq/MCTI e MRE, financia anualmente 210 bolsas a estudantes africanos para mestrado e doutorado. Há perspectiva de ampliação da oferta para 500 bolsas anuais de mestrado e doutorado.	A partir de 1981	Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e outros
Sistema de Avaliação do Ensino Superior	O governo de Cabo Verde solicitou apoio do governo brasileiro para criar um sistema de avaliação, tendo como referência o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Em abril e outubro de 2013 foram realizadas duas missões para capacitação dos membros do <i>Conselho para a Qualidade do Ensino Superior de Cabo Verde</i> e foi elaborado documento orientador com as atribuições do referido Conselho. Também foram construídos os indicadores de qualidade do instrumento de avaliação. Participaram da ação, representantes das IES de Cabo Verde, integrantes do Conselho de Qualidade e o Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação (MESCI) de Cabo Verde. Na próxima etapa será consolidada a auto avaliação das IES, a	A partir de 2000	Cabo Verde

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



	formação dos avaliadores do Sistema de Avaliação de Cabo Verde e realizada a avaliação externa das Instituições de Educação Superior. Em 2014 deverá se efetivar a construção da proposta de avaliação das carreiras ofertadas nas IES de Cabo Verde.		
Programa Pró-mobilidade	Desenvolvido em parceria com a Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP), o projeto oferece 400 bolsas de graduação-sanduíche, mestrado e doutorado-sanduíche, estágio pós-doutoral e professor visitante. Os projetos são apresentados por instituições brasileiras em parceria com universidades filiadas à AULP.	A partir de 2012	Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola (África). Timor-Leste (Ásia)
Criação de Universidade Pública	MEC, UFMG e UNILAB realizaram missão a São Tomé e Príncipe com objetivo de conhecer a situação da educação superior do país, realizar reuniões com representantes das instituições envolvidas, apresentar uma visão sobre a implantação da Universidade Pública de São Tomé e Príncipe (UNSTP) e traçar plano de ações para projeto de cooperação que viabilize a implementação da UNSTP.	A partir de 2013	São Tomé e Príncipe
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	A UNILAB é fruto da cooperação educacional Sul-Sul, em especial com países africanos e o Timor-Leste. Tem como missão institucional a promoção de ações de internacionalização que visem à mobilidade acadêmica entre discentes, docentes e técnicos administrativos e as universidades dos países parceiros, bem como a participação ativa no desenvolvimento local e regional brasileiro. Foi implantada nos municípios de Redenção, Acarape (CE) e São Francisco do Conde (BA). Tem como meta matricular 2.500 estudantes brasileiros e 2.500 estudantes estrangeiros até 2016.	A partir de 2010	CPLP (África) e Timor-Leste (Ásia)
Centro de Cooperação Brasil-África em Educação Profissional	O MEC e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) estão trabalhando para a formação de formadores dos PALOP. Está em andamento processo de planejamento da primeira turma de formadores e gestores do Centro de Cooperação.	A partir de 2013	PALOP
Educação Especial	Em Angola, a Fase I do <i>Projeto Escola de Todos</i> foi desenvolvida entre 2008 e 2010 e desde 2011 ocorre a Fase II. O projeto é coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Na Fase I foram enviados materiais didáticos e pedagógicos para criação de acervo bibliográfico especializado e foram capacitados os seguintes profissionais: 90 professores multiplicadores nas áreas da Deficiência Mental, Síndrome de Down e Transtornos Invasivos do Desenvolvimento; 70 professores multiplicadores em Sistema Braille Integral e Código Matemático Unificado; 70 professores multiplicadores em Orientação e Mobilidade e Atividades de Vida Diária (AVD) e 70 professores multiplicadores no Ensino da Língua Portuguesa para Surdos. A Fase II foram ofertados dois cursos de formação continuada para Atendimento Educacional Especialização (AEE), o que resultou na formação de 70 professores multiplicadores. Também foi ofertado um curso em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa na modalidade	A partir de 2008	Angola e Cabo Verde

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



escrita que formou 20 professores multiplicadores em Ensino da Língua Portuguesa para Surdos. Serão implantadas duas salas de recursos multifuncionais em Angola.

Em Cabo Verde, o *Projeto Escola de Todos* foi desenvolvido pelo MEC e pelo Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos de Cabo Verde. A Fase I foi realizada de 2006 a 2007, e foram formados 60 professores multiplicadores nas áreas de Sistema Braille Integral e Código Matemático Unificado, 60 professores nas áreas do ensino da Língua Portuguesa para Surdos e 60 professores nas áreas de Orientação, Mobilidade e Atividades da Vida Diária. Na Fase II, realizada entre 2008 e 2011, foram contempladas as seguintes atividades: elaboração de subsídio à construção de proposta da Língua de Sinais para uso da população surda cabo-verdiana; formação de 4 profissionais multiplicadores para atuar no atendimento educacional especializado, abordando as áreas da Surdocegueira e Tecnologia Assistiva; formação de 40 profissionais multiplicadores formados para atuar na transcrição e produção de material didático em Braille e formação de 100 profissionais para atuar no Atendimento Educacional Especializado, por meio do curso ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial.

Fonte: Quadro elaborado a partir do documento BRASIL. MEC. Gabinete do Ministro. **Educação como Ponte Estratégica Brasil – África**. Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Brasília, DF, 2013.

Os temas definidos na I Reunião Técnica do Programa, em julho de 2013 na cidade de Luanda, Angola, foram estruturados a partir da apresentação dos projetos e ações do Ministério da Educação do Brasil aos países integrantes do Programa *Educação como Ponte Estratégica Brasil-África*. Os ministros da educação desses países manifestaram interesse em determinados temas, escolhidos em função da realidade e necessidade educacional de cada um, sendo: oferta de Educação a Distância (continuidade das ações em andamento e implementação em Angola); oferta dos programas PEC-G e PEC-PG (continuidade das ações em andamento e implementação em outras áreas prioritárias, de acordo com a necessidade do país); ampliação da formação de professores para Angola e São Tomé e Príncipe e implementação dos programas brasileiros de avaliação da educação básica e superior em Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Os projetos para o desenvolvimento da Educação Superior se destacam dentre as solicitações dos países, com destaque para cursos a distância para a formação de profissionais e professores – também para a oferta de educação especial -, programas de mobilidade estudantil e docente, e criação de universidades nos países recipiendários (São Tomé e Príncipe) ou que promovam mobilidade acadêmica



(UNILAB) entre recipiendários e países doadores. Há uma grande expectativa por parte do governo brasileiro de que essa experiência se torne modelo de cooperação educacional para os outros países, que também solicitaram implantação do modelo UAB na oferta de educação superior.

Assim, tomar a internacionalização da educação superior como instrumento de política externa brasileira nos conduz a questionamentos sobre: a educação superior que o Brasil leva aos outros países, sobretudo à África; as concepções, políticas e ações que movem os projetos Brasil-África no campo da Educação Superior; a concepção de desenvolvimento (econômico, humano, social) que orientam as propostas de internacionalização da Educação Superior a partir dessas iniciativas e a finalidade dessas propostas; e os interesses que mobilizam o Brasil em direção aos investimentos na política externa com a África e os interesses africanos. Esses questionamentos direcionam a metodologia que está sendo implementada na pesquisa de doutorado em andamento, a fim de compreender o projeto de internacionalização da educação superior pública brasileira no contexto da cooperação técnica internacional como instrumento da política externa para o desenvolvimento.

Referências

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Integração regional e educação superior: regulações e crises no Mercosul. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi, OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). *Crise da Escola e Políticas Educativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BRASIL. MEC. Gabinete do Ministro. *Educação como Ponte Estratégica Brasil – África*. Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Brasília, DF, 2013.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues Dez anos de antagonismo nas políticas sobre ensino superior em nível internacional. *Educação e Sociedade*. Campinas, SP, v.25, n.88, p.893-913, out. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 mar. 2013.

FELDFEBER, Myriam. Internacionalização da educação, “Tratados de Livre Comércio” e políticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi, OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). *Crise da Escola e Políticas Educativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. *Educar*. Editora UFPR: Curitiba, n.28, p. 107-124, 2006.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. *A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento da Política Externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico*. Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. MG: Fino Traço, 2012.

UNESCO. *Conferência Mundial sobre o Ensino Superior – As novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*. Paris, jul. 2009. Disponível em: <http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.